

**“Queriam fazer um despejo de nós”\*: As expropriações territoriais no Quilombo Sítio Novo/Linha Fão (1940-1960)**

Maria do Carmo Moreira Aguilar \*\*

\*

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho será analisar e reconstituir o contexto em que ocorreram as expropriações territoriais e obrigação à migração de algumas famílias integrantes da comunidade remanescente de quilombos Sítio Novo/Linha Fão, localizado no município de Arroio do Tigre que está situado na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul. O foco do trabalho será o momento da perda de partes do território que levou algumas famílias descendentes de escravos a se transformarem, por um período indeterminado de tempo, em famílias negras itinerantes.

No presente texto pretende-se utilizar fontes escritas e fontes orais, acreditando na importância da complementaridade desses dois corpos documentais e na riqueza de dados que o diálogo entre ambas pode proporcionar, ampliando com isso as possibilidades de elucidação do problema de pesquisa. O uso da narrativa oral se justifica pela forma como a história oral privilegia e ressalta a história dos excluídos, das minorias e dos marginalizados, destacando a importância das “memórias subterrâneas” que, sendo uma característica das culturas dominadas, emergem contrariando a “memória oficial”<sup>1</sup>.

---

\* Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12 de Novembro de 2011 a Maria do Carmo M. Aguilar.

\*\* Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Email para contato: duduginei@yahoo.com.br

<sup>1</sup> POLLAK, Michel. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, p. 3-15, pp.2.

Para Alberti, a história oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX”<sup>2</sup>. Assim, a história oral não é a própria “História”, ela é uma fonte, e como fonte, precisa de interpretação e análise. A autora afirma ainda que “a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica - e nesse sentido permite a ‘mudança de perspectiva’”<sup>3</sup>. Assim, o testemunho oral nos permite esclarecer trajetórias individuais e grupais, acontecimentos ou processos que, em muitas vezes esquecidos pela “história oficial”, não tem outra forma de serem esclarecidos.

Com Peter Burke, entendemos que em geral os registros oficiais expressam o ponto de vista oficial. “Para reconstituir as atitudes de elementos marginalizados pela historiografia tradicional, tais registros necessitam ser suplementados por outro tipo de fonte”<sup>4</sup>. Sendo assim, os depoimentos orais, usados como fonte, tornam-se uma importante porta de acesso ao passado das comunidades negras, cujos registros escritos são poucos ou inexistentes.

No que tange o uso das fontes escritas, assim como Bloch, entendemos que os documentos são vestígios, e “mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes não falam senão quando sabemos interrogá-los”<sup>5</sup>. Desta forma, utilizaremos “um conhecimento através de pistas”<sup>6</sup>, recorrendo a procedimentos de reconstrução. Conforme o autor, compreendemos que o conhecimento histórico é “indireto”, e que a “pesquisa histórica cruza seu caminho com a via régia da teoria das probabilidades”, desta forma, o conhecimento histórico é conjectural.

## O quilombo Sítio Novo/Linha Fão

Situado a cerca de 30 quilômetros da área central do município de Arroio do Tigre, as margens do rio Caixões, o Sítio Novo/Linha Fão abriga

---

<sup>2</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202, pp.155.

<sup>3</sup> ALBERTI, Verena, 2005, p.166.

<sup>4</sup> BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Ed. Unesp, São Paulo, 1992, p.13.

<sup>5</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.79.

<sup>6</sup> BLOCH, Marc, 2002, p.117

aproximadamente 20 famílias, em torno de 100 pessoas, numa área de 5.000ha<sup>7</sup>. As famílias que lá residem são, em boa parte, descendentes de trabalhadores negros que conheceram o cativo naquela região. O grupo familiar tem na agricultura a principal fonte de renda, eles plantam milho, batata, aipim dentre outros, e ainda se dedicam ao artesanato, aperfeiçoado em cursos e oficinas, que vendido em feiras da região complementam a renda do grupo. A produção de artesanato, não é uma novidade nesta comunidade, ele está entrelaçado ao passado do grupo. Alguns “trancos velhos”, como o Sr. João Maria Guabiju, pai de Dona Erocilda Fernandes de 74 anos (ex-moradora e fundadora do quilombo Rincão dos Caixões) se dedicava a confecção e venda de cestos de taquara e cipó além da lida na terra, desta forma ele desempenhava dois papéis sociais; o de artesão e o de agricultor. O território não é totalmente autônomo, e, alguns membros ainda precisam trabalhar como “sócios” ou “agregados” nas fazendas da região. De acordo com relatos, o território onde se localiza a comunidade teria sido doado em um período posterior à escravidão por Pedro Simão, um proprietário de terras da região, aos descendentes de um grupo negro que, segundo relatos, teriam sido escravos da família deste proprietário de terras, e, que após 1888 permaneceram trabalhando na propriedade.

Não podemos precisar como eram as relações entre essa família negra e Pedro Simão. Entretanto, Dona Edoilde Xavier (Dona Funé) com 98 anos no momento da entrevista, e, uma das netas de João Leocádio e Josefina, um dos casais fundadores do território negro, afirma que “ele era dos morenos (...) era alemão puro, mas era do lado dos morenos”<sup>8</sup>. A frase parece remeter a relações amistosas. Porém, ao falar que ele “era dos morenos” ela talvez, não queira exatamente dizer que Pedro Simão se pautava por relações pessoais e de trabalho harmônicas e isentas de autoritarismo, mas sim pelo fato dele dar trabalho e dialogar com a família negra, de incluir os negros em seu leque de relações de trabalho e dependência, o que talvez outros proprietários não fizessem.

Na edição de 13 de maio de 2011, o jornal Gazeta da Serra do município de Sobradinho, em reportagem de título “Tradição negra gera renda para

---

<sup>7</sup> Fonte: INCRA, disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas> Acesso em: 15 fev. 2012.

<sup>8</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Dona Funé), Oralina Fernandes da Silva (Dona Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

Quilombolas”<sup>9</sup>, ao narrar aspectos da trajetória dos ancestrais desse grupo negro, constrói-se um Pedro Simão, citado como grande proprietário de escravos do Centro-Serra, perseguidor dos ancestrais do grupo. Este proprietário, segundo jornal, chegou a esconder seus cativos em momentos de intensas fugas<sup>10</sup>. Não temos como intenção nos pautar por uma polarização entre o "bom senhor" e o "mau senhor". Caracterizamos relações ambíguas tais como práticas "benéficas" ao grupo, como permitir acesso a terra; e práticas "terríveis" como o uso intenso do autoritarismo, dentre outras, como parte do jogo paternalista de dominação<sup>11</sup>.

Pedro Simão era padrinho de Nair, outra neta de Josefina e Leocádio, e, antes de se mudar para o Paraná teria doado informalmente a terra onde parte do grupo reside. Não sabemos qual a intenção de Pedro Simão ao doar a terra para esse grupo negro, porém cabe lembrar que a prática de conceder pequenos lotes ou áreas nas extremidades da propriedade para que agregados estabelecessem “postos” foi recorrente durante a escravidão como também em períodos posteriores.

Para Zarth, essa prática consistia em um mecanismo de defesa das áreas limítrofes da fazenda, e no fornecimento de mão-de-obra barata e alimentos<sup>12</sup>. Nesta direção, Eisenberg afirma que aos proprietários era interessante a manutenção de uma população dependente em suas propriedades, esse contingente poderia ser utilizado tanto para fins econômicos, sociais, político e, por vezes, até militares. Os grandes proprietários lançavam mão de vários mecanismos. Eles usavam até os “vínculos patrimoniais para prender o elemento nacional que em

---

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866-tradicao\\_negra\\_gera\\_renda\\_para\\_quilombolas.html](http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866-tradicao_negra_gera_renda_para_quilombolas.html), acesso em 03 de março de 2012.

<sup>10</sup> O jornal não cita fontes de onde foram retiradas tais informações. Entramos em contato via email, para tentar obter maiores informações, o jornal respondeu informando que tentaria mandar maiores informações, bem como a fonte, porém os mesmos não foram enviados.

<sup>11</sup> Para João José Reis a ideologia paternalista nasceu “de relações localizadas de poder no microcosmo social em que se confrontavam escravo e senhor, esse paternalismo senhorial se aproxima de um tipo de hegemonia político-ideológica e cultural. Era sistema de controle e dominação de classe.”. In: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.322. Desta forma, o paternalismo enquanto ideologia da classe senhorial era interpretado pelos senhores como ato benevolência e tido como conquista pelos escravos.

<sup>12</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, p.169

troca gozava de relativa estabilidade de suas condições de vida, a acomodação encontrada no plano econômico-social”<sup>13</sup>.

Neste sentido, Castro afirma que doações de terras ou sua venda a preços irrisórios para os libertos foi uma estratégia utilizada pelos senhores para ascender moralmente sobre seus escravos e criar um corpo de dependentes, sobretudo em momentos finais da escravidão cujo temor era de uma possível falta de trabalhadores desencadeada pela crise do sistema escravista<sup>14</sup>. Para os negros, o que estava em jogo, era a utilização desses laços para melhorar a sua própria situação, possuir ligações com os influentes proprietários poderia ser um importante passo para a estabilidade do acesso a terra, proteção e ascensão social, confluindo na busca de autonomia e reconhecimento.

No entanto, a dinâmica daí advinda não necessariamente se dava sem conflitos entre os polos opostos. A família pesquisada possivelmente continuava a depender do trabalho para Pedro Simão, mesmo possuindo suas terras, mas é possível que a memória da comunidade, em um contexto de pleito fundiário, tenha trabalhado no sentido de construir uma imagem do Simão mais positiva<sup>15</sup>, já que ele faz parte do mito fundador do território, em oposição ao expropriador Elibio Heringer, como veremos no decorrer do texto. É neste território que esta a gênese do período de andarilhagens de um grupo de famílias negras que posteriormente fundaram o quilombo Rincão dos Caixões, foco de nossa pesquisa de Mestrado.

### **Alguns aspectos da região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul**

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo tem provocado desde o século XIX contradições, que no meio rural do Rio Grande do Sul, se traduzem em conflitos agrários. Durante o século XIX, foi habitual ocorrerem fraudes nas aquisições de terra. Como aponta Kliemann, “A apropriação das terras brasileiras sempre obedeceu a uma legislação, mas os caminhos legais tinham muitos desvios.

---

<sup>13</sup> Entretanto, havia gente livre que não se prendia por esses laços patrimoniais. EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989. p.234.

<sup>14</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>15</sup> Mattos e Rios apontam os silêncios como forma de possibilitar construir uma memória e identidade socialmente positiva. MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Eram muitas as formas de legalizar as terras através de mecanismos fraudulentos”<sup>16</sup>. A partir da segunda metade do século XIX, com a obrigatoriedade de legalização fundiária<sup>17</sup>, as fraudes foram um traço marcante. Irregularidades relativas ao tamanho da propriedade, aquisição de terras por via ilegal e a expropriação territorial eram frequentemente constatadas. Não era improvável, no ato das medições, a constatação de fraudes relativas ao tamanho de posses.

Assim, áreas de pequenos proprietários, no mais das vezes sem o título de posse, foram anexadas a áreas de grandes proprietários<sup>18</sup>. De acordo com Zarth, no Rio Grande do Sul, por volta de 1850, a grande maioria dos campos nativos estava nas mãos de particulares, restando aos lavradores pobres as áreas de florestas nas quais eles poderiam sobreviver de forma independente, porém, com a Lei de Terras, inicia-se a privatização destas áreas devolutas, que agora passam a ser destinadas ao assentamento dos imigrantes e ocorre o processo de fechamento do acesso a terra para os lavradores pobres. Criando, com isso, uma massa de indivíduos despossuídos de terra “em meio a abundância de solos virgens”<sup>19</sup>.

Se por um lado a Lei de 1850 dificultava a posse da terra pelo lavrador pobre e pelos ex-escravos, ela não impediu as usurpações de grandes extensões de terra de forma fraudulenta, bastando para isso que os usurpadores possuíssem recursos suficientes para subornar autoridades, algo pouco provável aos lavradores pobres e ex-escravos. Tem-se início, portanto, o cerco aos lavradores pobres para restringir o seu livre e costumeiro acesso a terra. Vale lembrar que o conflito fundiário, expulsão de pequenos lavradores de áreas vazias, não teve seu início com a lei de 1850.

Antes dessa lei as dificuldades não eram menores, porém, a partir de 1850, essa camada da população poderia ser processada judicialmente como invasora sempre que ocupassem e plantassem suas roças em territórios vazios, fossem eles públicos ou privados<sup>20</sup>. Para regularizar o território era necessário dispor de recursos financeiros para pagar os encargos. Estes recursos, geralmente, estavam longe do alcance desta camada da população. “Para além da falta de recursos, havia

---

<sup>16</sup> KLIEMANN, Luíza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: história da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 74.

<sup>17</sup> Sobre a legislação ver Zarth (1997).

<sup>18</sup> KLIEMANN, Luíza H. Schimitz, 1986, p. 55.

<sup>19</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997, p.83.

<sup>20</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997, p.83.

também, por parte da população, a prática costumeira de utilizar a terra sem considerar os aspectos formais, deixava-os vulneráveis diante poderosos usurpadores” como aponta Zarth.

Aproveitando-se dessas condições, os usurpadores requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários delas em detrimento dos posseiros que ali viviam. Não devia ser raro chegar algum sujeito com um título de proprietário da terra na mão e apresentá-lo aos que realmente ocupavam e usufruíam delas<sup>21</sup>.

Convém informar que com a mercantilização da terra ocorrida no Planalto Médio em finais do século XIX, os lavradores pobres que, no mais das vezes, não possuíam o título da terra que ocupavam, sofreram investidas constantes de poderosos do entorno que viam no arremate do território, seja na forma da compra ou na de expropriação, uma forma de aumentar ainda mais os seus domínios<sup>22</sup>. Na base desta especulação fundiária da terra está a expansão capitalista e o processo de despejo dos ocupantes pelo uso da força. A dificuldade de formalizar a posse do território por parte das camadas sociais mais populares foi utilizada pelos grandes proprietários para pressionar a venda ou expulsá-los da terra que habitavam, como aponta Zarth:

O acesso à terra, do ponto de vista legal, ficou difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuravam avançar ou incorporar novas áreas onde viviam muitos posseiros pobres sem poder para reagir<sup>23</sup>.

O assédio em torno dos ocupantes sem título também poderia provir das empresas responsáveis pela acomodação dos imigrantes. O governo por inúmeras vezes vendeu terras à companhias de colonização, sem preocupar-se com a situação das pessoas que as habitavam. As companhias, por sua vez, fracionavam-na e vendiam a terceiros, sem ocuparem desses moradores. O problema ficava para o último comprador que ao tentar resolve-lo gerava conflito e então o Estado intervinha<sup>24</sup>. Os situantes sem títulos, considerados “intrusos” pelas empresas de colonização, eram convidados através de notificações a deixarem suas posses. Aqueles ocupantes que se recusavam a sair eram despejados pelo uso da força. Desta forma, o governo, que poderia evitar tais conflitos, legitimando as posses

---

<sup>21</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997, p. 63

<sup>22</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997, p.115.

<sup>23</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997, p.60.

<sup>24</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz, 1986, p. 114

antes de vender as terras, eximia-se da responsabilidade, e despesas, deixando-as para o colonizador. “Instalada a violência, restava aos mais fracos o abandono da terra.” Através da colonização planejada aliada a concessão sem restrições para que qualquer indivíduo se apossasse dessas áreas, o Rio Grande do Sul participava do processo de despojamento dos “próprios nacionais”, aliando-se ao capital o governo, ainda que indiretamente, participou das expropriações ocorridas no campo<sup>25</sup>.

No século XIX a mobilidade dos “despossuídos de terra” era, dentre outros, uma consequência das atividades desenvolvidas no Planalto. A principal delas, a pecuária, não necessitava de grandes contingentes de mão de obra fixa. Os trabalhadores eram recrutados temporariamente, em períodos de intensificação do trabalho, como plantio e safra. Eram trabalhadores livres da vizinhança, que se sujeitavam a troco de remuneração baixa e por vezes tendo como pagamento carne<sup>26</sup>.

Porém, mesmo com a expansão agrícola em anos iniciais do século XX, essa lógica de mão de obra temporária permaneceu, com um agravante, o crescimento de expropriações territoriais, em decorrência do crescente aumento do preço da terra. E isso levou famílias expulsas de seus territórios a engrossar esse contingente de trabalhadores temporários. E não era incomum famílias em condição de trabalhadores temporários terem o assalariamento sujeito ao endividamento.<sup>27</sup>

Os conflitos fundiários que se proliferaram ao longo da Primeira República não eram solucionados, tão pouco, questionados pela classe dirigente. Na esfera social, as tensões avolumaram-se, provenientes, fundamentalmente dos problemas agrários. Para continuar mantendo a hegemonia, era preciso uma nova estratégia por parte da classe dominante. Apesar das tensões no âmbito rural, o governo continuava a afirmar que não havia conflitos fundiários no Rio Grande do Sul, negligenciando os conflitos que estavam ocorrendo, e tantas outras perturbações que surgiam em decorrência de sua política agrária<sup>28</sup>. Como aponta o trecho do Relatório do Diretor de Terras e Colonização de 1907:

---

<sup>25</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz, 1986, p. 124

<sup>26</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997.

<sup>27</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997.

<sup>28</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schimitz, 1986.

Atualmente, repetimos, não há mais questões de terras, pelo menos no sentido em que a expressão era antes empregada. Existem é verdade, alguns assuntos, se bem que poucos, aguardando solução, dependentes uns de mais detido exame de documentos apresentados, outros simplesmente de execução oportuna de medidas assentadas, como é o caso das restituições em terras, que, por sua natureza, não pode ser resolvido de afogadilho<sup>29</sup>.

Entre as décadas de 1950 e 1960 na região do Planalto Médio houve o redimensionamento da distribuição das terras no campo devido, sobretudo a ampliação dos empreendimentos capitalistas de trigo e também a crise vivida pela pequena propriedade. Neste período a compra e venda de imóveis já é uma realidade, assim como a especulação imobiliária, fazendo com que pequenas e médias propriedades se tornem objeto de negócios por pequenos proprietários e/ou capitalistas da agricultura<sup>30</sup>.

No decorrer deste processo dá-se a destruição do território camponês, ou seja, a expropriação de parcelas de terras dos pequenos proprietários e a expulsão das áreas de terceiros dos camponeses que nela encontraram um local para plantio. É importante considerar ainda a pressão econômica e extra-econômica impostas àqueles que resistiam a expropriação pura e simples. Essas áreas expropriadas, pouco produtivas aos olhos dos empreendedores capitalistas são transformadas em áreas de cultivo de grãos destinados ao mercado internacional<sup>31</sup>.

Já nas décadas de 1960, sob o regime militar desenvolveu-se dois processos: a expansão da empresa capitalista no campo e o esvaziamento político no campo. Porém há um choque entre esses dois processos uma vez que “na medida em que o desenvolvimento econômico, propiciado, sobretudo pela política de incentivos fiscais e de isenções tributárias à atividade agropecuária, provoca a multiplicação das tensões no meio rural, a proliferação dos conflitos, a ampliação da luta pela terra”<sup>32</sup>. Em 1964 tem-se a aprovação do Estatuto da Terra pelo Congresso Nacional. Criado, inicialmente, para apaziguar os conflitos sociais no campo, o Estatuto da Terra tornou-se o instrumento fundamental de promoção da Empresa Rural e o fomentador de deslocamentos populacionais para regiões denominadas

<sup>29</sup> Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1907. Porto Alegre, AHRS. Códice 096 apud KLIEMANN, Luiza H. Schimitz, 1986, p. 96.

<sup>30</sup> RÜCKERT, A.A. *Metamorfozes do Território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2003. p. 140

<sup>31</sup> RÜCKERT, A.A, 2003, p. 140.

<sup>32</sup> RÜCKERT, A.A, 2003, p. 144.

de “vazios demográficos” Segundo Ruckert, o Estatuto foi elaborado para privilegiar e potencializar a proliferação do capital no campo. Ele

não é destinado ao camponês, na sua essência, mas sim ao produtor de espírito empreendedor, que organiza a sua atividade econômica, segundo os critérios da racionalidade capitalista. Conforme o próprio INCRA reconhece, desde a promulgação do Estatuto, a concentração da propriedade agravava-se no país e intensificava-se o êxodo rural, a expulsão de parceiros, colonos, assalariados e agregados, multiplicando os conflitos armados pela posse da terra.<sup>33</sup>

É neste contexto de investimentos na industrialização do estado, de fomento ao progresso, de promoção do desenvolvimento da produção a nível regional e nacional, do aumento da demanda de terras para plantio em larga escala, e do aumento de conflitos fundiários, que têm início as tensões e expropriações no território do Sítio Novo/Linha Fão, como veremos a seguir.

### **As dinâmicas de expropriação do território negro**

Para Woortmann,

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “ceiros de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa<sup>34</sup>.

A análise neste texto desenvolvida, procura focar a migração sob essa primeira perspectiva, no contexto de expropriação territorial e obrigação a migração, como também das dificuldades de reprodução de um modo de vida camponês devido a diminuição das terras disponíveis. As expropriações ocorridas na área do Sítio Novo/Linha Fão, são recorrentes na memória do grupo de ex-moradores que residem atualmente no quilombo Rincão dos Caixões localizado em Jacuízinho. Estas expropriações ocorreram das formas mais variadas, são relatos de

<sup>33</sup> RÜCKERT, A.A, 2003, p. 144

<sup>34</sup> WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 217.

trocas fraudulentas, coações e expulsões. Como aponta o relato de Sr. Etuíno da Silva<sup>35</sup>

Maria do Carmo: Como é que era lá no Sítio antes de o Sr sair de lá, como é que era a vida lá? Moravam muitas famílias lá, como é que era... As famílias, quantas pessoas mais ou menos moravam lá?

Etuíno: Lá era tudo parentada, moravam quase tudo perto lá, também, daí... Esse negócio aí... As terras foram... Saíram, saíram tudo também, daí tem outras famílias lá também...

Maria do Carmo: Mas por que eles saíram?

Etuíno: Por causa dos papel que fizeram a terra lá, fizeram isso aí com os papel, foram tomando conta lá, daí(...)Iam tomando conta, ficavam de donos da terra, que a terra não tinha documentos.

Maria do Carmo: Vocês não tinham documentos?

Etuíno: Não tinha documento da terra. Daí lá no Sítio faziam... Pedação de terra e botavam no nome deles e se adonavam da terra.

A expansão territorial de um proprietário do entorno, Elíbio Heringer, fez parte do processo que culminou na expropriação da área ocupada por vários grupos familiares residentes no Sítio Novo/Linha Fão. Nos relatos do grupo, Elíbio Heringer, conhecido na região como Libinho, em um momento de fragilidade emocional desta comunidade, teria promovido uma permuta de terras fraudulenta e alocado a comunidade negra em outra área. A área doada por Pedro Simão aos seus ex-escravos, caracterizada pelos moradores como fértil e produtiva por ser plana e próxima ao Rio dos Caixões, foi trocada pelo território onde atualmente eles residem, uma área íngreme, pedregosa e produtivamente inferior, como aponta o relato de Dona Funé:

Dona Funé<sup>36</sup>: É. E daí ele agarrou e permutou com a mãe, o Libinho permutou com a mãe, que a mãe ficou meio louca que morreu o finado pai, né, daí deu um varandão pra mãe que ele fez, que chovia como lá fora, e deu aqui pra mãe ir plantando assim. Diz que isso aqui não tem papel nenhum, agora aquela lá... Diz que esse aqui, diz que tem, o S. Libinho paga, mas nunca deu, nunca deu uma tirinha assim de papel. Por isso que eu digo, ele veio para lograr.

A partir desta primeira permuta, inicia-se o processo de expropriações. Na memória comum do grupo, o assédio deste proprietário se assevera e ele passará a

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar.

<sup>36</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Dona Funé), Oralina Fernandes da Silva (Dona Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

investir na expulsão do grupo também do território por ele permutado, como aponta Sr. Etuíno:

Etuíno: Estava em cima. Daí eles fizeram aquele documento lá e daí nem falaram nada para o finado meu pai, começaram a meter os bois lá e largaram a plantar trigo e daí tudo armado, né, naquela época não tinha muita lei e aí, “vou lá no Libinho e vou vender essa terra pro Libinho”, para não dar morte aí por causa da terra, daí ele foi lá no Libinho (?) pra não dar de graça, foi quando o Libinho deu uma lata de querosene, deu uma lata de banha, (...)

Maria do Carmo: Ele deu essa lata de banha, querosene a troco de que?

Etuíno: Em troco do pedaço de terra lá<sup>37</sup>.

No relato de Sr. Etuíno transparece o grau de intimidação a que estas famílias estavam expostas. Não há negociação ou troca, estas pessoas estão inseridas em um processo de sucessivas expropriações fundiárias e sendo coagidas a entregar sua terra. As narrativas de Sr. Valentin e Almeri também se direcionam para a entrega da terra mediante a coação.

Valentin.<sup>38</sup>.. Daí foram vendendo, daí venderam a parte deles [referindo-se aos seus pais] e daí foram vendendo pra não perder tudo, pra dívida não sair tudo...

Almeri: Como se fosse um dinheirão! Era um saco de farinha [referindo-se ao que os pais de Valentin ganharam pela venda] eu me lembro que ela pegou um saco de farinha, uma fazenda de roupa, eu me lembro que esse aí ganhou uma blusa verde, e a finada mãe dele morava com nós e ganhou uma fazenda pra fazer um vestido.

O uso do termo “vender” é seguido de uma descrição que retira desta menção qualquer significado que remeta a uma relação de compra/venda, pois o que fica claro, pelas ironias presentes nas narrativas, é a inexistência de consentimentos ou negociação. As famílias estão numa situação de violência constante, e esta violência física e simbólica foi a principal arma utilizada para usurpação do território. O grupo tentou resistir, porém, em um contexto de conflitos e violência traduzidos nas invasões armadas à propriedade, as famílias foram obrigadas a deixar o território habitado há varias gerações. Dona Almeri e Sr.

---

<sup>37</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar.

<sup>38</sup> Entrevista realizada com Valetin Fernandes em 21 de abril de 2008, por Maria do Carmo Aguilar.

Valentin<sup>39</sup> relatam um pouco mais das coações por eles sofridas para deixar o território:

A: A irmã dele que tinha ficado lá vendeu para não perder tudo vendeu por um saco de farinha, uma camisa, blusa de lã verde para ti, eu me lembro como se fosse hoje, uns dois metros de fazenda para a finada fazer um vestido.

V: Pra não perder de tudo por que queriam fazer um despejo de nós, fazer um despejo, e daí que ela vendeu pra gente dali mesmo, vendeu pra não atropelarem nós. E daí que nos fomos morar na Estrela.

No relato do Sr. Valentin, podemos perceber ainda a prática de fraudes no momento de demarcação dos limites territoriais por parte do proprietário do entorno. Estas fraudes no registro e demarcação de terras foram potencializadas após a institucionalização do Registro Público de Terras contida no Código de Direito Civil do ano de 1900. A falta de cadastro único, fiscalização, demarcação e registro das terras devolutas propiciou mais uma forma de aquisição de novas terras<sup>40</sup>.

Maria do Carmo: E o que aconteceu lá com aquela terra [refiro-me ao Sítio Linha Fão]?

Valentin<sup>41</sup>: Aquela terra já foi... Então naquela época, então foi uma época que veio o negócio do cadastro, né, de terra, quem tinha terra, fazer o cadastro e nós tinha, tinha lá onde tiveram lá, tudo aquilo lá, lá na Funé, lá mesmo, ali era nosso [referindo-se a uma parte da área do Sítio Linha Fão], mas daí tinha outro morador ali na frente, fizeram um cadastro e daí tomaram tudo, né. Tomaram conta, daí com cadastro cadastraram tudo, né.

Maria do Carmo: Desse morador?

Valentin: É.

A respeito desta usurpação de terras dos lavradores pobres, é possível, a partir de relatos de descendentes de ex-escravos, apesar de não serem suficientes para demonstrar a totalidade da dimensão deste processo, reconstituir episódios de expulsões de lavradores pobres de suas roças nos anos iniciais do século XX. Há indícios que as expropriações tenham ocorrido provavelmente em momentos

<sup>39</sup> Entrevista com Almeri Fernandes realizada em 21 de abril de 2008, por Maria do Carmo Aguilar.

<sup>40</sup> REYDON, Bastiaan Philip. *A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente*. In. Dimensões do Agronegócio Brasileiro – Políticas, instituições e perspectivas. Nead Estudos - MDA, Brasília 2007, p. 233-235.

<sup>41</sup> Entrevista realizada com Valetin Fernandes em 21 de abril de 2008, por Maria do Carmo Aguilar.

anteriores a década de 1940, uma vez que na memória de expropriações é evocada a ação de Elemar Heringer, pai do proprietário apontado pelo grupo como o principal responsável pelas expropriações das décadas de 1950 e 1960. Como aponta o relato abaixo transcrito<sup>42</sup>:

Mara: Era Elemar Heringer.

Vinicius: Elemar que era o Cadete. Conhecido como Cadete, pai do Libinho, do Líbio. O Líbio é Heringer também?

Funé: Aquele era o velho mais desgraçado pra tomar terra dos pobres. Se ele comprava uma vez, quando ele ia medir, ele media lá na casa dos outros, por isso que mataram ele... Por causa das terras dos pobres, né, estavam tomando as terras dos pobres tudo. [...] ele comprava um pedaço de terra e já media como lá. É, puxava tudo pro lado dele, só pro lado dele e arrendava os terreninhos pros pobres trabalhar.

Neste relato, desenha-se claramente a estratégia deste proprietário que encontrou na usurpação e aluguel da terra para os seus ex-ocupantes uma fonte de lucros. Seguindo os passos de seu pai, Elíbio Heringer conhecido na comunidade como “Libinho” dará continuidade às expulsões de lavradores pobres dos territórios por eles habitados num contexto de aumento de demanda de terras para plantio em larga escala.

Para Zarth, a “coerção pura e simples deveria ser um expediente comum em uma sociedade violenta e autoritária”<sup>43</sup>. Apesar de o autor estar se referindo ao século XIX, expropriações de forma violenta ainda ocorriam na primeira metade do século XX. No exercício de lembrar Dona Funé relata diversos episódios de coação e de expulsão por meio da destruição das casas dos moradores. “Do ladinho da estrada, ali morava a Judite, até fogo botaram na casinha dela, botaram fogo”. Neste sentido, Sr. Etuíno, ao lembrar a época em que sua família foi expulsa do território em meados de 1950, aponta para o binômio ausência de lei e violência.

Maria do Carmo: E aí o que eles fizeram com vocês, assim, vocês estavam lá em cima das terras, né?

Etuíno: Estava em cima. Daí eles fizeram aquele documento lá e daí nem falaram nada pro finado meu pai, começaram a meter os bois lá e largaram a plantar trigo e daí tudo armado, né, naquela época não tinha muita lei.<sup>44</sup> (grifos nossos)

<sup>42</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Dona Funé), Oralina Fernandes da Silva (Dona Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguiar.

<sup>43</sup> ZARTH, Paulo Afonso, 1997, p.87.

<sup>44</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguiar.

Assim, se ao tomarmos conhecimento da história agrária do Planalto do Rio Grande do Sul ocorrida no século XIX, cruzarmos com as trajetórias destas famílias, percebemos que, apesar da mudança de século, há algumas permanências. No decorrer da primeira metade do século XX o Planalto continuou a ser palco de lutas, usurpações territoriais e do crescente afastamento da posse da terra pelas famílias de lavradores pobres. Muitas famílias negras residentes no Sítio Novo/Linha Fão foram atingidas por essa dinâmica de expropriação, cujo resultado foi à expulsão e dispersão de parte do grupo familiar pela região do Planalto, como aponta Sr. Etuíno<sup>45</sup>:

Maria do Carmo: Vocês foram morar na terra de outra pessoa?

Etuíno: É, de lá do Sítio nós fomos morar na Tabajara, daí a gente mudou bastante, aqui, ali.

Maria do Carmo: E os outros que estavam lá [referindo-me ao Sítio Novo/Linha Fão], o que eles fizeram?

Etuíno: Mas aí eles se espalharam, (...) Se espalharam tudo.

Recorrentes relatos informam a respeito do impacto desta dinâmica de expropriação sobre o modo de vida da comunidade. Devido à restrição das possibilidades de sobrevivência e autosubsistência decorrente desse processo, um número considerável de famílias teve que migrar em busca de melhores condições de sobrevivência. Desta forma, Erocilda dos Santos<sup>46</sup> relata que a sua saída do Sítio Novo, ocorreu devido à diminuição da área, proveniente das inúmeras expropriações territoriais sofridas pelo grupo, que inviabilizou a reprodução do modo de vida camponês. Assim, os deslocamentos justificam-se pela busca de espaços onde haja oportunidade de pôr em prática modos de produzir e de existência da diversidade do campesinato<sup>47</sup>

Vinicius: O que levou a Senhora a ter que sair lá de Arroio... a Senhora falou que andou trabalhando em várias propriedades, né? O que levou a Senhora a ter que sair de lá?

<sup>45</sup> Entrevista realizada com Etuíno da Silva em 21/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar.

<sup>46</sup> Entrevista realizada com Edoilde Xavier da Silva (Dona Funé), Oralina Fernandes da Silva (Dona Pretinha) e Erocilda dos Santos em 17/05/2008 por Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salaini e Maria do Carmo Aguilar.

<sup>47</sup> ALMEIDA et al. Apresentação da Coleção In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 15.

Erocilda: Pra procurar melhora, pra ver se melhorava, que às vezes eram lugares apertados, nessa época, lá, era apertado, não é como agora que tem...

Cristian: Lá em Arroio do Tigre já era apertado?

Erocilda: Era, era apertado e a gente... Tem que andar... Que andava vagando no mundo, tinha que procurar melhora.

A memória coletiva aponta ainda para a formação de alianças entre os grandes proprietários locais para facilitar a aquisição de novas áreas. E posteriormente a ocorrência de conflitos entre o grupo, que no processo de aumento dos territórios geravam divergências entre si. Segundo relatos, as desavenças do grupo giravam em torno da disputa pelas terras dos pequenos proprietários, como aponta a narrativa de Dona Fúne:

Aqui foi o Libinho [referido-se as expropriações] (...). Sabe o que ele fez? Ele se uniu com o João Schimit, que daí o João Schimit comprava do João Ribeiro, né, (...). Um lograva o outro, daí o João Schimit logrou o Libinho, se intrigaram o Libinho com o João Schimit, que morreu o João Schimit intragado com o Libinho e o (?) dessa terra do Ribeiro aqui e daí ficou assim. O Libinho ficou com tudo isso aí, o João Schimit foi embora pra Santa Catarina.

Convém informar que, na memória comum do grupo, a morte de Elemar Heringer está diretamente ligada às expropriações fundiárias ocorridas na região. Ao relatar como aplicava-se as fraudes nas medições, Dona Funé além de reiterar a usurpação territorial cometida por Elemar Heringer, revela a causa da morte deste proprietário.

Vinicius: Elemar que era o Cadete. Conhecido como Cadete, pai do Libinho, do Líbio. O Líbio é Heringer também?

Funé: Aquele era o velho mais desgraçado pra tomar terra dos outros, que eles compraram uma vez, quando ele ia medir, ele media lá na casa dos outros, por isso que mataram ele... Por causa das terras dos pobres, né, tavam tomando as terras dos pobres tudo.(...).Daí mataram, deram uma descarga nele.

A perda do território pela terceira geração, ou seja, os netos do casal João Leocádio e Josefina, teve um triplo impacto, eles não só tiveram que se submeter a instáveis relações de trabalho do campo, como também perderam uma fonte de gêneros alimentícios de subsistência e comprometeram a transmissão de herança dessas pequenas propriedades para os seus descendentes. Com essa

desterritorialização inicia-se um período de extrema mobilidade, um deslocar-se contínuo de famílias transformadas em um *campesinato negro itinerante*<sup>48</sup>.

Um período de extrema mobilidade e de dificuldades de se fixar no território como “parceiros” ou posseiros estáveis. Para esta camada errante, o acesso a um lote de terra poderia garantir maiores alternativas de subsistência. Ainda que grande parte deles tivesse que prestar serviços nas fazendas, ter acesso à terra poderia significar a possibilidade de melhora na alimentação com o cultivo de gêneros alimentares e também a venda de excedentes<sup>49</sup>. Torna-se importante ressaltar a capacidade dessa família negra, mesmo em situações tão adversas, de formular um projeto de vida, como postulou Almeida et al “de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis”<sup>50</sup>.

Em meados de 1960, e, após anos de itinerância, Dona Erocilda recebe de Régis Fiúza, um jovem proprietário da região, uma parcela de terras no município de Jacuizinho, e ali ela se estabelece com a família. Neste território negro denominado de quilombo Rincão dos Caixões residem atualmente várias famílias que perderam suas terras no Sítio Novo/Linha Fão. Há ainda um terceiro território denominado de quilombo Julio Borges, localizado em Salto do Jacuí, que também foi conformado por famílias expropriadas do Sítio Novo/Linha Fão. Assim, a

---

<sup>48</sup> Matos e Rios, em estudo sobre a vida da última geração de libertos que viveram na região sudeste do Brasil informam que no período pós-abolição foi concluída a legislação que dificultou o acesso à terra pelos recém libertos. Taxas territoriais foram criadas e o Estado passou a demarcar as terras devolutas, os situantes sem título de propriedade foram considerados ilegítimos, dando início ao processo de expropriação de terras que foram adquiridas, em muitas ocasiões, através da compra informal. A partir da década de 1890, e após a Lei de Terras, a venda informal desapareceu e os impostos territoriais comprometeram a herança das pequenas propriedades. Com a perda do título das terras, famílias de ex-escravos passaram a se deslocar constantemente formando uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações. A essa massa migratória, Rios deu o nome de *campesinato itinerante*. MATTOS E RIOS, 2005, p.182.

<sup>49</sup> Sobre o período de itinerância dessas famílias negras, ver AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. “Viver pelo mundo trabalhando pros outros”: a trajetória itinerante do quilombo Rincão dos Caixões. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/242>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

<sup>50</sup> ALMEIDA et al., 2009, p. 18.

partir dessas ramificações temos a configuração de três núcleos familiares ligados por sólidos laços de parentesco consanguíneo ou fictício.

### **Considerações Finais**

O ponto central deste texto girou em torno da desterritorialização de um grupo familiar da área do Sítio Novo, primeiro território ocupado pelas famílias residentes no quilombo Rincão dos Caixões. Conforme demonstrado, a área do Sítio Novo/Linha Fão foi cedida a este grupo negro nos anos iniciais do século XX, porém, se levarmos em conta que no tempo do cativeiro seus ancestrais já habitavam esta localidade, tem-se uma territorialidade negra fundada ainda no século XIX, permanência mais do que centenária na região, e, que foi ameaçada, sobretudo, pelo avanço da fronteira agrícola em meados da década de 1930 e potencializada nas décadas posteriores. Mediante pressões e intimidações algumas famílias foram obrigadas a entregar partes desta área, até por valores irrisórios, submetidos que foram aos mecanismos de pressão.

Mecanismos sutis e outros mais evidentes tomaram corpo nas narrativas, foram ameaças de despejo devido à falta de escritura, atos de violência física corporificadas no incêndio que destruiu a casa da Dona Judite ou na invasão armada em algumas propriedades, como a de Sr. Etuíno. Diante deste quadro de violência muitas famílias foram obrigadas a se desfazerem de suas terras. As narrativas do grupo nos permite tecer algumas considerações; quando eles falam em “vender” a de se levar em conta o grau de ironia presente no discurso, pois os quilombolas sabem que as terras foram entregues mediante coação, trocas fraudulentas. Situações de conflitos que desencadearam em expropriações fundiárias como as vividas por este grupo não são excepcionais, de um modo geral, as comunidades remanescentes de quilombo espalhadas pelo Rio Grande do Sul, no decorrer de suas trajetórias sofreram e/ou sofrem constantes pressões e intimidações para entregarem as áreas em que habitam. Relatos de trocas fraudulentas, violência física, dentre outros, são recorrentes nas memórias deste segmento da população.

Há de se atentar ainda para o jogo de palavras feito por alguns narradores que numa leitura menos atenta poderia soar apenas como frase mal construída, “tiveram de vender de graça” “trabalhar bem dizer de graça”, ora, a pessoa vendeu

ou deu. Na verdade, a afirmação de que se vendeu a terra de graça demonstra obviamente que não houve venda. São nestas figuras de estilo e nas ironias do discurso, que emergem a situação de violência e pressão a que os grupos estavam expostos. É necessário ainda atentar para os usos que fazemos da palavra “vender”, este termo remete á negociação, e acordo, logo a palavra venda não deve ser utilizada para tratar da saída dos quilombolas de seu território, pois os mesmos foram coagidos a entregar suas terras. Acreditamos que o termo “vender” deve ser utilizado com rigor, uma vez que ele mascara a existência da coação.

### Fontes Pesquisadas

AHRS—ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14 de fevereiro de 1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização- Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas- Ijuí, Maço 86, Caixa 42. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. AHRS

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relatório Final (Decreto N° 4.887/2003 E In/Incrá N° 20/2005) Comunidade Quilombola Do Rincão Dois Caixões – Jacuízinho/RS*. SALAINI, Cristian Jobi; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; FONTOURA, Luiz.

Jornal Gazeta da Serra. Edição de 13 de maio de 2011. Disponível em: [http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866tradicao\\_negra\\_gera\\_renda\\_para\\_quilombolas.html](http://www.gaz.com.br/gazetadaserra/noticia/277866tradicao_negra_gera_renda_para_quilombolas.html). Acesso em 03 de março de 2012.

### Referências Bibliográficas

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. “Viver pelo mundo trabalhando pros outros”: a trajetória itinerante do quilombo Rincão dos Caixões. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/242>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.

ALMEIDA et al. Apresentação da Coleção In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. Ed. Unesp, São Paulo, 1992.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.

KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. *RS: Terra & Poder: história da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MATOS, Hebe Maria & Ana Maria L. Rios. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POLLAK, Michel. 1989. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, p. 3-15.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REYDON, Bastiaan Philip. *A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente*. In. Dimensões do Agronegócio Brasileiro – Políticas, instituições e perspectivas. Nead Estudos - MDA, Brasília 2007.

RÜCKERT, A.A. *Metamorfoses do Território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2003. p. 140

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

[recebido em agosto de 2012,  
aceito em setembro de 2012]

## **“Queriam fazer um despejo de nós”: As expropriações territoriais no Quilombo Sítio Novo/Linha Fão (1940-1960)**

### **Abstract**

O objetivo deste texto será analisar e reconstituir o contexto em que ocorreram as expropriações territoriais e obrigação à migração de algumas famílias integrantes da comunidade remanescente de quilombos Sítio Novo/Linha Fão, localizado no município de Arroio do Tigre/RS. O foco do trabalho será o momento da perda de partes do território que levou algumas famílias descendentes de escravos a se transformarem, por um período indeterminado de tempo, em famílias negras itinerantes, se aproximando do que Mattos e Rios, em estudo sobre as trajetórias da última geração de libertos e seus descendentes que viveram no sudeste do Brasil, denominaram de *campesinato negro itinerante*. Metodologicamente optamos por fazer um cruzamento entre fontes orais e fontes escritas, compreendendo que ambas não são opostas ou hierarquizadas, mas complementares.

### **Palavras-chave**

Remanescentes de Quilombo. Expropriação territorial. Itinerância.

## **“They Want to dump us”: The territories expropriations on Quilombos Sítio Novo/Linha Fão (1940-1960)**

### **Abstract**

The objective of this study is to analyze and reconstruct the context in which occurred the expropriation and territorial obligation to the migration of some families of members of the communities remaining quilombos Sítio Novo/Linha Fão, localized in the municipality Arroio do Tigre/RS. The focus of this study will be the moment of loss of parts of the territory who takes that some families to slaves descendent became, for an indeterminate time, in itinerant black families, approaching that Mattos and Rios in a study about the trajectories of the last generations of freedman and their descendants who lived in southeast in Brazil denominated as *itinerant black peasantry*. Methodologically we are choosing to do a cross between oral sources and written sources, understanding that both are not hierarchical or opposing, but complementary.

### **Keywords**

Quilombo's Remainings. Territorial expropriation. Itinerancy.